

IDENTIDADE E AUTO-ESTIMA DO BRASILEIRO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

É indispensável navegar entre dois escolhos: o do mito das singularidades do que estudamos, como no caso das pretensas identidades nacionais, e a irrelevância de um relativismo cultural *à outrance* para quem, afinal, é tudo o mesmo. (Evaldo Cabral de Mello, “História no Confessionário” (2000).

Notas para a intervenção na mesa redonda “Identidade e Auto-Estima do Brasileiro”, no simpósio “Freud: Conflito & Cultura; Brasil: Psicanálise & Modernismo”. Museu de Arte de São Paulo, 14 de novembro, 2000.

Eu conversava com duas notáveis escritoras brasileiras sobre nosso tema permanente – o Brasil – quando uma delas disse que nunca, na nossa história, a auto-estima dos brasileiros esteve tão baixa. Seus dois interlocutores lhe disseram que ela estava sendo demasiado pessimista. Há cinquenta ou há cem anos nossa auto-estima era menor do que hoje; há duzentos anos, nem nos imaginávamos como nação. Mas não há dúvida de que nos últimos vinte anos nossa identidade nacional vem se esgarçando, ao invés de se afirmar, como o maior nível de desenvolvimento econômico poderia levar a prever. Na verdade, a auto-estima de um povo não depende apenas do seu nível de desenvolvimento econômico e cultural: depende também da visão mais ou menos positiva que esse povo tenha do futuro. Nestes últimos cinquenta anos houve progresso no Brasil, elevou-se o nível do desenvolvimento do país, e em função disto nossa auto-estima deveria ter aumentado. Entretanto, como nossa economia quase estagnou desde 1980, perdemos a confiança no futuro, e em conseqüência nos sentimos auto-desvalorizados, a ponto de minha amiga ter feito aquela afirmação tão pessimista.

Auto-estima e identidade nacional são dois conceitos interdependentes. Neste trabalho vou procurar concentrar minha atenção na auto-estima, porque a identidade nacional está marcado por uma carga excessiva de preconceitos. Mas, como espero que fique claro, essa não será uma forma de evitar o problema, mas a

maneira pela qual, a partir da verificação da baixa auto-estima dos brasileiros, enfrentarei a questão do complexo de inferioridade colonial, e definirei o que entendo por “nacionalismo desenvolvido” – a alternativa que se apresenta para o Brasil na medida em que seu sistema político transita de uma democracia de elites para uma democracia de sociedade civil.

Identidade

Quando que pergunto qual é a identidade do brasileiro, posso responder adotando pelo menos duas *démarches* ou estratégias:

uma é tentar saber como os brasileiros se vêem, como ele se identificam, como eles se distinguem dos outros povos de outras nações;

a outra é procurar saber qual é a identidade do povo brasileiro, o que há de intrínseco ou estrutural nos brasileiros, que os distinguem dos demais.

A primeira estratégia é ideal para o pesquisador social. Através de pesquisas em profundidade, ou através de pesquisas de opinião com amostras mais amplas e questionários mais objetivos e limitados, ele tenta descobrir os traços distintivos da nossa visão de nós mesmos. Se ele for um pouco mais adiante em seu estudo, e examinar as obras mais significativas da produção cultural de um povo, particularmente de seus ideólogos mais representativos, como fez Dante Moreira Leite, estaremos nos aproximando da visão de um povo de sua identidade, e estaremos ao mesmo tempo avaliando sua auto-estima.¹

Esta abordagem pode ser muito útil, especialmente se tiver um embasamento teórico sólido e um foco preciso. Entretanto, quando usa principalmente de *surveys*, de levantamento de opiniões, pode resultar em análises superficiais:: ficamos apenas com um instantâneo – provavelmente um instantâneo impressionista e superficial – da forma pela qual os brasileiros se vêem a si próprios.

O que falta de profundidade, ou melhor, de ambição à primeira alternativa, sobra à segunda. Agora queremos saber a “verdadeira” identidade do povo brasileiro. Agora iremos às origens da própria formação nacional do Brasil para nos entendermos a nós mesmos, para descobrirmos

nossa matriz fundadora,

nosso pecado original,

e assim, através dessa pesquisa histórica em profundidade, sermos capazes de saber o que é o brasileiro

estruturalmente,

intrinsecamente,

¹ - Ver *O Caráter Nacional Brasileiro* (1954). Este livro Dante Moreira Leite não ofereceu sua visão da identidade brasileira. Ao invés, fez um estudo teórico do conceito, e apresentou a visão dos principais ideólogos desse caráter nacional, a partir da carta de Pero Vaz de Caminha.

e, portanto, independentemente da própria evolução histórica – econômica e social – do Brasil.

Esta *démarche* é sem dúvida muito atrativa. Através dela poderemos dizer que o brasileiro é

o “herói sem nenhum caráter”, de Mário de Andrade;

o malandro, de Da Matta;

o homem não-contratual, de Buarque de Holanda;²

a ambigüidade da Capitu, de Machado de Assis;

o jeitinho brasileiro de resolver os problemas, de Livia Barbosa.³

Ou seja, estaremos nos identificando de forma negativa. Estaremos fazendo eco à anedota brasileira: “Sabe quais são os três ativos do Mercosul? A modernidade uruguaia, a modéstia Argentina, e... a confiabilidade brasileira”. Seríamos tão pouco confiáveis quanto os argentinos, arrogantes.

Ou então, ainda que com menos convicção, podemos pensar o brasileiro como

o “forte”, de Euclides da Cunha;⁴

ou “o homem cordial”, embora não-contratual, de Buarque de Holanda;

ou o herói da miscigenação, de Gilberto Freire e Darcy Ribeiro;⁵

ou o herói-cangaceiro de Guimarães Rosa;

ou ainda o herói Caxias, ou também cangaceiro, ou enfim, malandro mesmo, o Pedro Malasartes, com o qual, afinal, fazemos o círculo completo e voltamos a nos identificar com o personagem terrível que é Macunaína.

Mas será que os argentinos são tão arrogantes como se pretende, ou que nós sejamos tão sem caráter, tão pouco confiáveis, como afinal se sugere quando se transforma esses personagens, que para os artistas que os criaram eram meros ou maravilhosos personagens, em símbolos da nação?

² - Ver *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936-69). O homem contratual de Buarque de Holanda é essencialmente contraditório, como é o próprio brasileiro: é cordial mesmo, mas a cordialidade se traduz em relações sociais não-contratuais, patriarcais, de “proteção”, que possuem caráter autoritário.

³ - Ver *O Jeitinho Brasileiro*, de Livia Barbosa (1992).

⁴ - Em *Os Sertões* o forte é o sertanejo, mas que é uma projeção do brasileiro para Euclides da Cunha (1902/11). A célebre frase “O sertanejo é antes de tudo um forte” está na página 179, e é restrita ao próprio sertanejo. Mas o autor acrescenta no final do livro: “Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos os revezes, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota. Ademais entalhava-se o cerne de uma nacionalidade. Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça” (p. 559). Euclides da Cunha comenta esse último texto nas Notas da 2ª. Edição: “E era natural que, admitida a arrojada hipótese e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo da força da nossa constituição futura, a rocha viva de nossa raça” (p. 580).

⁵ - O texto básico de Gilberto Freyre é naturalmente *Casa Grande & Senzala* (1933); o de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro* (1995).

Eu não aceito esse tipo de visão. Como não aceito também os adjetivos aplicados à sociedade brasileira ao invés de ao brasileiro, como vemos, por exemplo, na frase “A sociedade brasileira é essencialmente autoritária”. A revelação brilhante de Da Matta do “sabe com quem você está falando?” deixa de ser uma consequência da divisão de classes para ser um traço nacional.

Ou então, é essencialmente mercantil, como queria Caio Prado Jr., porque assim começou, com Martinho Afonso de Souza, e assim continuava pelo Século XX afora.⁶

Ou então, é essencialmente patrimonial, burocrática tradicional, como pretende Faoro, porque assim o começou com Dão Diniz, e assim continuou pelos séculos afora.⁷

Ou ainda, completando o ciclo e retornando ao ético, é essencialmente pecaminosa porque “não há pecado do lado de baixo do Equador”, como sugere Roberto Gambini: porque os portugueses cometeram o pecado original de procriarem com as índias ao invés de com elas não constituíram famílias. A miscigenação que para Freyre transforma os portugueses em heróis, os recoloca na condição de vilões, e o Brasil assume o papel da virgem desonrada.

Para relacionarmos a identidade do Brasil com o conceito de sociedade brasileira é mais interessante adotar a *démarche* de Livia Barbosa, que aponta como um dos fatores identificadores da identidade nacional brasileira a relação compensatória entre nação (estado-nação) e a sociedade (relações sociais). Quando nos vemos negativamente por um lado, compensamos pelo outro. Em suas palavras:

Sempre que se constrói uma identidade negativa para a nação, onde são enfatizadas nossas faltas e carências, essa negatividade é compensada por uma identidade positiva sobre o nosso modelo de relações sociais, e vice-versa.

Livia Barbosa ilustra seu ponto: se nos acreditamos uma nação inviável no plano econômico, como era muito comum até os anos 50, em compensação temos relações raciais harmoniosas e somos um povo cordial. Em contra-partida, em outros quando nossa sociedade é caracterizada pelo nepotismo e o autoritarismo, descobrimos que temos uma nação em pleno desenvolvimento. Finalmente, quando esse desenvolvimento se estanca, nos anos 80, a transição democrática será protagonizada pela sociedade de forma pacífica, conciliadora, generosa.

⁶ Ver *História Econômica do Brasil* (1945) e seu último grande ensaio, *A Revolução Brasileira* (1966), no qual ele mantém firmemente a posição adotada em seus primeiros trabalhos, ignorando toda a transformação ocorrida Brasil no seu próprio tempo de vida.

⁷ - Ver *Os Donos do Poder* (1957/75). Para uma boa crítica de Faoro ver Luiz Werneck Vianna (1999: 176) e Jessé de Souza (1999). O primeiro observa que a aplicação das idéias de Max Weber ao Brasil leva a um conceito metafísico de patrimonialismo: “o capitalismo brasileiro, originário dessa metafísica, seria... uma modalidade patológica de acesso ao moderno, implicado uma modernização sem ruptura com o passado patrimonial”.

O problema, entretanto, observa ela, está no fato de que a construção simbólica no Brasil tem sempre privilegiado os aspectos negativos da identidade, ignorando ou dando pouca importância aos positivos.⁸

Identidade intrínseca ou construída?

Mas, pergunto-me, será essa identidade predominantemente negativa “a identidade” do brasileiro, ou “a identidade nacional” do Brasil?

Não é porque quando falamos em identidade nesses termos ela assume um caráter intrínseco, essencial, atemporal. Ora uma “identidade” desse tipo só existe na cabeça daqueles que a formulam. A realidade não é apenas mais complexa e contraditória, é também histórica. Embora existam elementos que possuem um maior grau de permanência, a identidade do povo brasileiro está sempre em transformação.

Tem razão Roberto da Matta quando salienta as muitas e contraditórias facetas da identidade nacional, “a percepção ultracomplexa que temos de nossa ordem social, que nos permite leituras duplas ou triplas da sociedade brasileira” (1979: 12).

Entretanto, diferentemente do que a leitura de da Matta sugere, estou convencido de que a identidade nacional é algo que um povo constrói para si mesmo. Mais do que isto, que não apenas a identidade nacional, mas a própria nação é uma construção política de cada sociedade.

A identidade é algo que está sempre em processo de mudança, que depende, sem dúvida, de certos mitos fundadores, de pecados originais, mas é também algo que muda à medida que mudam as técnicas adotada por essa sociedade, as formas de propriedade, as instituições, e as ideologias.

Não é possível ignorar que nossa colonização foi feita por portugueses que não pretendiam se fixar no Brasil, e que nossas elites, desde então, ainda continuam a ver o Brasil como um objeto de exploração, mais do que uma nação que se constrói. Como diz Ismail Xavier:

O mito da elite brasileira é que ela pertence à grande burguesia internacional e encara o Brasil como um grande campo de operações, de coleta de riqueza.

José Murilo de Carvalho, em artigo recente no *Mais!* (“A Memória Nacional em Luta contra a História”, 12 de novembro, 2000), referindo-se à frase célebre de Ernest Renan de que a nação “é um plebiscito de todos os dias”, lembrou que a unidade nacional se constrói, muitas vezes com o uso da violência, sempre com definição de uma história comum, de mitos e heróis compartilhados, e afirmou: “a convivência difícil e tensa entre as duas dimensões, a invenção e a participação, é que viabiliza uma identidade nacional efetiva”.

⁸ - Ver “Cultura e Dilema: Ambigüidade, Ética e Jeitinho” (1996: 110-111).

⁹ - Ver Ismail Xavier (2000).

Ruth Benedict, por sua vez, nos diz que nações são “comunidades imaginadas”.

Tanto em um caso como outro a nação e a identidade nacional são portanto construídas e imaginadas por nós. São o produto da própria afirmação de um povo e de sua auto-estima.

Aliás, a literatura mais recente a respeito do tema da identidade nacional segue nessa linha. Talvez seu representante mais significativo seja Stuart Hall, que recusa qualquer conceito essencialista de identidade, mas, ao invés de recusar o conceito de identidade, salienta que

“as identidades jamais são unificadas, e nos tempos mais recentes, são crescentemente fragmentadas e fracturadas; nunca são singulares mas multiplamente construídas... Elas estão submetidas ao processo radical de historização, e estão constantemente em um processo de mudança e transformação” (1996: 4).

Auto-estima

Não há, portanto, nada de definitivo, não há um destino inescapável, na identidade de um povo.

Não creio que a identidade nacional brasileira seja tão negativa como aquele quadro que tracei sugere. Ou melhor, não creio que haja uma identidade intrinsecamente negativa do povo brasileiro.

O que existe, sim, é uma baixa auto-estima.

Identidade, na forma em que ela é muitas vezes apresentada, é algo misterioso, que não se controla.

Auto-estima é uma coisa muito mais concreta, é a forma pela qual nós, brasileiros, nos vemos aqui e agora.

Por isso prefiro antes falar de auto-estima do que de identidade nacional.

De auto-estima e do conceito de nação.

A auto-estima está em parte correlacionada com o nível de desenvolvimento de um país, com seu poderio, e com seus êxitos recentes principalmente no plano econômico, mas possui também um certo grau de autonomia.

Quanto mais baixo for o nível de seu desenvolvimento econômico e político, quanto mais rico e culto for um país, quanto melhores forem suas instituições, maior tenderá a ser sua auto-estima.

Por outro lado, um povo poderoso porque forte no plano militar ou no plano econômico também tenderá a se ver mais positivamente.

Finalmente, um povo cujo país está em pleno desenvolvimento tenderá a ter mais auto-estima.

Em outras palavras, existem fatores objetivos que determinam a auto-estima de um povo.

Mas existem também fatores subjetivos, que podem tornar essa auto-estima maior ou menor do que aquela que poderia ser prevista dados os fatores objetivos.

O que será melhor? Ter uma auto-estima maior ou menor do que a correspondente ao nosso nível de desenvolvimento, do que aquela que “temos o direito” de ter?

A pergunta é interessante, mas não há resposta simples para ela. Afinal, o que nos ensina a psicanálise, é que o primeiro dever que temos para conosco mesmo é nos auto-estimarmos. É gostarmos de nós mesmos. Se não gostarmos de nós mesmos não poderemos gostar dos outros.

Mas também nos ensina a psicanálise, e, antes dela, a filosofia moral de todos os tempos, que outro obrigação fundamental que temos para conosco é a de conhecermos a nós mesmos, é sabermos quais são os nossos potenciais, é termos uma visão realista de nós mesmos.

Auto-estima dos brasileiros

Considerando tudo o que acabei de enunciar, volto ao Brasil:

duas coisas estão claras para mim em relação à nossa auto-estima:

ela é a muito mais baixa do que seria razoável;

essa baixa auto-estima constitui-se em um empecilho ao nosso maior desenvolvimento econômico e político.

Para uma nação, um ego artificialmente inflado é um perigo. Sempre nos levará a subestimar os problemas que temos pela frente.

Mas um ego inferiorizado é igualmente pernicioso.

A baixa auto-estima do brasileiro tem um outro nome em ciência e cultural política: o “complexo de inferioridade colonial”.

Complexo de Inferioridade Colonial

As causas desse complexo de inferioridade estão no próprio subdesenvolvimento brasileiro. Estão

no o nível de renda per capita baixo comparativamente aos países ricos;
na brutal desigualdade entre as classes.

no nosso caráter mestiço, apesar do grito forte de Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, que viram na miscigenação a força fundamental da nossa nacionalidade, ao invés de sua fraqueza

e, *last but not least*, no caráter alienado de nossa cultura.

Fui, aos 20 anos, um discípulo dos grandes intelectuais que, em torno do ISEB, construíram nos anos 50, no Rio de Janeiro, uma teoria do Brasil, a qual, apesar das críticas que alguns intelectuais paulistas lhe endereçaram, marcou, como observou um outro intelectual de São Paulo, Renato Ortiz, todo o pensamento

brasileiro desde então.¹⁰ Foi com Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, principalmente, que aprendi a “inautenticidade da cultura brasileira”, que esta era marcada pelo complexo de inferioridade colonial, que era uma “cultura alienada” porque importava sem a devida crítica a cultura estrangeira, porque era, em suma, uma mera “cultura transplantada”.

Guerreiro Ramos, em sua clássica *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, critica o caráter transplantado das instituições e da cultura brasileira e latino-americana. Refere-se especialmente à sociologia, dizendo que “a sociologia dos contextos coloniais tem na transplantação seu tema por excelência”. Se isto era verdade para os sociólogos, nos anos 50, ou dizer dos economistas brasileiros globalizados dos nossos dias? Mas vou voltar a esse tema logo adiante.¹¹

Roland Corbisier, por sua vez, filósofo culturalista ao invés de sociólogo, em *Formação da Cultura Brasileira*, recusa o materialismo e o idealismo, define a cultura como uma totalidade dinâmica e dialética, e assinala que a transplantação cultural jamais é plena, porque “a cultura é inseparável de seu engaste ou contexto natural”. Assim, no Brasil, que vive uma “situação colonial”, a cultura assume a forma do “complexo colonial”, no qual “a colônia é organizada para funcionar como ‘instrumento’ da nação colonizadora”. Resulta daí a alienação da identidade nacional. Mas adverte: “a alienação não é um ‘defeito’, um ‘mal’, das culturas coloniais, mas a própria condição dessas culturas”.¹²

Uma manifestação da baixa auto-estima do brasileiro está na sua preocupação pela forma como nos vêm na fora, especialmente nos países desenvolvidos. Há sempre a queixa que sabem pouco sobre o Brasil, que confundem o Brasil com a Argentina, que não sabem que no Brasil se fala o português, e que, quando sabem, apenas lembram do futebol e do carnaval. Ora, esse tipo de preocupação faz pouco sentido. O que interessa não é como nos vêm mas o que somos e o que fazemos. #

Esta inferioridade havia diminuído muito nos anos de grande desenvolvimento do país, entre 1930 e 1980, mas desde que o país foi lançado em sua Grande Crise, e viu suas taxas de crescimento reduzirem-se para um quinto do que eram, configurando uma quase-estagnação, nossa auto-estima voltou a cair: nosso complexo de inferioridade reapareceu com força. Agora são os economistas, devido à posição estratégica que assumem no Estado brasileiro, mais do que os sociólogos, que sofrem que transplantam acriticamente a cultura estrangeira.

A baixa auto-estima do brasileiro traduz-se politicamente no complexo de inferioridade colonial.

Talvez fosse mais correto falar em complexo de inferioridade “nacional”. O “colonial” aparece aí para salientar que nos pensamos colônia, que admitimos

¹⁰ - Afirma Renato Ortiz: “Não seria exagero considerar o ISEB como a matriz de um tipo de pensamento que baliza a questão cultural no Brasil desde os anos 60 até hoje” (1985: 46).

¹¹ - Ver Alberto Guerreiro Ramos (1954: 30-31).

¹² - Ver Roland Corbisier (1955: 18-32).

nossa subordinação aos países ricos. Mas o que estamos dizendo com essa baixa auto-estima é que nossa nação vale menos do que a dos países ricos.

O complexo de inferioridade colonial está nas classes dirigentes e no próprio povo.

Ele expressa-se politicamente em duas posições opostas e igualmente irracionais:

o velho entreguismo, hoje transformado em globalismo neoliberal, e na estratégia de *confidence building*,

e o velho nacionalismo anti-estrangeiro.

O globalismo neoliberal e o *confidence building*

O que nos dizia o velho entreguismo?

Que, como nação subdesenvolvida e pobre, devíamos aceitar a orientação das nações mais ricas e sábias.

Que nossa inferioridade intrínseca, fosse ela de caráter racial, climático (tropical), cultural (catolicismo) nos obrigavam a nos contentar com um papel menor no concerto das nações.

O novo globalismo é um pouco mais sofisticado, adota um novo argumento, mas no fundo diz a mesma coisa.

O novo argumento diz respeito à globalização. Este é um fenômeno real. Econômico, tecnológico, cultural. Implica em uma proximidade e uma interdependência muito maiores entre as nações.

Mas daí os globalistas nos países desenvolvidos derivam sua ideologia de exportação – de exportação porque não a usam em seus próprios países – segundo a qual o “estado nacional perdeu relevância”.

Ora, este argumento é simplesmente falso.

O estado nacional continua a ser a unidade de interesses comuns mais poderosa que existe.

Nunca foi suplantado pelo conceito de classe social, como queriam os marxistas, com o seu “proletários de todo o mundo, uni-vos”. Eles nunca se uniram.

Nem está sendo hoje suplantado pelo conceito de uma “comunidade multinacional” de empresas, organizações públicas não-estatais, especialmente ONGs, e de técnicos. O espaço ocupado por essas entidades ou pessoas sem dúvida aumentou, mas o Estado-nação continua central.

A história do embaixador Levitsky.

Ora, concluem os globalistas caboclos: se o estado-nação perdeu autonomia e relevância, temos mais um argumento para aceitar as orientações que vem do centro global.

Como se a maior interdependência existente entre as nações validasse uma conclusão tão radical como essa!

A crise do estatismo do tipo soviético, erroneamente identificado com o socialismo, agravou essa atitude.

Surgiu um segundo argumento: Se não há alternativa para o capitalismo, vamos aderir ao capitalismo central e seguir suas orientações.

Como se houvesse apenas um capitalismo. Como se os interesses das nações capitalistas fossem os mesmos!

Quando um brasileiro aceita os argumentos do globalismo ele está manifestando a sua baixa auto-estima.

Mas, terá essa baixa auto-estima conseqüências políticas?

Sem dúvida, a mais grave delas sendo a política do “*confidence building*”.

A Política do Confidence Building

A política do *confidence building* parte

de um fator subjetivo: nossa baixa auto-estima, nosso complexo de inferioridade colonial;

e de um fator objetivo: o endividamento internacional do Brasil, que nos torna dependentes do crédito externo.

Dados esses dois fatos, as “equipes econômicas” dos países em desenvolvimento, inclusive muitas vezes aos do Brasil, concluem:

faremos tudo para lograr construir confiança nos mercados internacionais (Nova York) e nos governos dos países desenvolvidos e suas agências internacionais (Washington).

E o que quer dizer esse “tudo”?

Quer dizer que adotaremos todas as políticas que Washington e Nova York nos sugerem, mesmo que sejam

contra o interesse nacional,

e contra os fundamentos macroeconômicos.

Ou, em outras palavras, que renunciamos a pensar. Que nos tornamos “Maria vai com as outras”.

Ou, usando uma linguagem psicanalista – se me permitem – que regredimos a nossa condição fetal.

O velho nacionalismo

O discurso do velho é oposto, mas tem a mesma origem: o complexo de inferioridade colonial.

O que nos diz ele?

Na sua velha roupagem,

que o Brasil é um país fraco, pobre, subdesenvolvido, rodeado de poderosos países imperialistas.

Na sua nova roupagem, incorporando o argumento globalista mas não sua conclusão,

que o Brasil está perdendo ainda mais sua limitada autonomia nacional devido à nova forma do imperialismo: a globalização.

E conclui:

diante de tais perigos a única solução

é nos fecharmos no nosso canto;

é nos protegermos;

é, novamente, mostrando a origem comum de posições opostas, regredirmos para nosso próprio umbigo.

É óbvia a baixa estima envolvida nessa atitude. Mas existe alternativa?

Nacionalismo Desenvolvido e Política do Interesse Nacional

É a forma de que se reveste o novo nacionalismo que está surgindo no Brasil.

O critério fundamental das políticas de governo é o da defesa da empresa e do trabalho nacional.

Essa é a política que os países desenvolvidos adotam, a partir

de uma auto-estima forte,

e de uma identidade nacional menos fragmentada do que a nossa.

Esse é o “nacionalismo desenvolvido”,

que é um nacionalismo tácito:

ninguém é nacionalista porque todos são nacionalistas;

ninguém tem dúvida que é dever do governo defender o interesse do trabalho e do capital nacionais e cada caso.

É possível que venhamos a adotar o nacionalismo desenvolvido?

É possível aos poucos superarmos nossa própria baixa auto-estima.

Estou seguro que sim.

Não apenas porque acredito que a identidade nacional de um povo não é estrutural.

Mas, ao contrário,

que é construída;

que, como Renan afirmou, a nação é um plebiscito de cada dia.

Mas tenho um argumento adicional:

em meio à confusão, estamos de alguma forma progredindo.

Para substanciar esse progresso vou dar um exemplo contraditório e um argumento novo.

Exemplo contraditório: a comemoração dos 500 anos

Nessa comemoração vejo dois aspectos opostos.

O primeiro foi a própria comemoração, que julgo um equívoco.

Por que comemorar 500 anos?

Por que celebrar a descoberta pelos portugueses?

Ao fazê-lo iríamos quase inescapavelmente,

primeiro, subestimar o papel do índio, do negro, e dos demais imigrantes que para cá vieram;

segundo, colocar em segundo plano o desastre que foi a colonização do Brasil por um país mercantil decadente dominado por uma aristocracia burocrática patrimonial.

E foi isso mesmo que aconteceu, em grande parte.

Mas, atenção, escapamos afinal desses desvios quando fizemos a Mostra do Descobrimento. Podemos ter críticas a ela, mas não há dúvida que

ali a nação brasileira estava inteira,

na sua riqueza,

na sua originalidade,

na sua mestiçagem,

na sua modernidade.

Argumento Final: A transição para uma democracia de sociedade civil

Apesar de todos os problemas, tem havido desenvolvimento no Brasil:

até 1980 nos desenvolvemos no plano econômico, completamos nossa revolução capitalista, e imaginamos que havíamos atingido o “desenvolvimento auto-sustentado”. Engano, em seguida, estagnamos.

Mas continuamos a nos desenvolver politicamente,

restauramos a democracia de elites,

e começamos a transitar para uma política de sociedade civil.

Na democracia de sociedade civil

não mais dependeremos de monarcas iluminados, nem de elites iluminadas, que são sempre produto do acaso.

Ao invés,

dependeremos da própria dinâmica do debate público ao nível da sociedade civil.

Aprenderemos com os nossos erros.

Nosso desenvolvimento político estará se tornando auto-sustentado.

E aí, então estaremos chegando ao verdadeiro estágio do desenvolvimento auto-sustentado, que supõe a revolução industrial capitalista a transição para a democracia de sociedade civil.

References

Barbosa, Livia (1992) *O Jeitinho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Barbosa, Livia (1996) “Cultura e Dilema: Ambigüidade, Ética e Jeitinho”. In Everardo Rocha, org. (1998) *Cultura & Imaginário*. Rio de Janeiro: Mauad Editorial, 1998: 95-114. Trabalho apresentado ao I Ciclo Finep de Estudos da Cultura e do Imaginário, novembro, 1996.

Buarque de Holanda, Sérgio (1936-69) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. Primeira edição, 1936; quinta edição, texto definitivo, 1969. Desconsideras reimpressões com denominação de “edição”.

Carvalho, José Murilo de (2000) “A Memória Nacional em Luta contra a História”. *Folha de S. Paulo - Mais!*, 12 de novembro, 2000.

Corbisier, Roland (1955) *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. Conferência pronunciada em dezembro de 1955.

Dias, Lucy e Roberto Gambini (1998) *Outros 500*. São Paulo: Editora SENAC.

Gambini, Roberto (2000) *Espelho Índio: A Formação da Alma Brasileira*. São Paulo: Axis Mundi Editora, 2000, 2ª. edição.

Guerreiro Ramos, Alberto (1954) *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*. Rio de Janeiro: Editorial Andes.

Faoro, Raymundo (1957/75) *Os Donos do Poder*, segunda edição. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Primeira edição, 1957; segunda edição revista, 1975.

Freyre, Gilberto (1933) *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992. Primeira edição, 1933.

Hall, Stuart (1996) “Who Needs Identity?”. In Stuart Hall e Paul du Gay, orgs. (1996) *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage Publications.

Leite, Dante Moreira (1954) *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Editora Pioneira, quarta impressão, 1983.

Matta, Roberto da (1978) *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- Mello, Evaldo Cabral de (2000) “Historiadores no Confessionário”. *Folha de S. Paulo - Mais!*, 24 dezembro 2000.
- Ortiz, Renato (1985) *Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Prado Jr., Caio (1945/56) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4o. edição, 1956. Primeira edição, 1945.
- Prado Jr., Caio (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ribeiro, Darcy (1995) *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Jessé de (1999) “A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro”. In Jessé de Souza, org. (1999).
- Souza, Jessé de, org. (1999) *O Malandro e o Protestante*. Brasília: Editora Universidade de Brasília
- Vianna, Luiz Werneck (1999) “Weber e a Interpretação do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, nº.53, março 1999. Republicado em Jessé de Souza, org. (1999).
- Xavier, Ismail (2000) “Encontros Inesperados”. Entrevista de Mário Sérgio Conti. *Folha de S. Paulo - Mais!*, 3 dezembro 2000.